

- Cada um dos itens das provas objetivas está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na **Folha de Respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Nos itens que avaliem **conhecimentos de informática e(ou) tecnologia da informação**, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração-padrão e que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “**Espaço livre**” — que constarem deste caderno de provas poderão ser utilizados para rascunho.

-- PROVAS OBJETIVAS --

-- CONHECIMENTOS BÁSICOS --

Preconceito e discriminação são termos próximos. Por vezes, juridicamente, parecem até a mesma coisa, como se depreende do texto da Lei n.º 7.716, de 5 de janeiro de 1989, complementada pela Lei n.º 9.459, de 15 de maio de 1997: “Serão punidos, na forma desta lei, os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”. Mesmo assim, o preconceito pode ser definido como uma ideia de distinção, exclusão ou preferência baseada em raça, sexo, religião, origem social ou geográfica etc.; já a discriminação diz respeito à ação decorrente do preconceito. O preconceito é uma opinião; a discriminação, um comportamento real e efetivo.

Sendo um pensamento, o preconceito, a rigor, não é crime. Quando se torna uma ação concreta ou uma afirmação pública, passa a ser discriminação e, a partir daí, é alvo da lei. O preconceito é considerado por nós a matriz que origina o ato discriminatório. Sem preconceito, não existiria discriminação. Ausente de sua expressão concreta discriminatória, o preconceito seria apenas uma fantasmagoria psíquica.

Leandro Karnal e Luiz Estevam. **Preconceito**: uma história. São Paulo: Companhia das Letras, 2023 (com adaptações).

Em referência às ideias veiculadas no texto apresentado e a seus aspectos linguísticos, julgue os itens seguintes.

- 1 Na concepção defendida no texto, o preconceito precede a discriminação.
- 2 Segundo o texto, preconceito e discriminação são termos geralmente tomados como sinônimos porque designam as mesmas coisas no mundo.
- 3 Depreende-se do texto que, legalmente, o preconceito é tipificado como crime.
- 4 Conforme se entende do texto, a discriminação é caracterizada como uma ação real e efetiva, e não uma simples ideia ou um simples pensamento de distinção, exclusão ou preferência.
- 5 Caso o vocábulo “complementada” (segundo período do primeiro parágrafo) fosse flexionado no masculino — **complementado** —, a correção gramatical do texto seria mantida, apesar de alteradas as relações de concordância no período em questão.
- 6 Sem prejuízo da correção gramatical e dos sentidos do texto, poderia ser incluída a palavra **qualquer** imediatamente antes de “ação” (terceiro período do primeiro parágrafo).
- 7 No último período do primeiro parágrafo, o emprego da vírgula logo após “discriminação” é obrigatório.
- 8 No primeiro período do segundo parágrafo, a substituição da forma verbal “é” pela expressão **se trata de** manteria a correção gramatical do texto e, ao mesmo tempo, proporcionaria maior grau de formalidade ao texto.
- 9 No segundo período do segundo parágrafo, o pronome “se” poderia ser deslocado para depois da forma verbal “torna”, escrevendo-se **torna-se**, sem prejuízo da correção gramatical do texto, uma vez que a posição do pronome, nesse caso, é mera escolha estilística.

- 10 No segundo parágrafo, o termo “o preconceito” (primeiro período) é o referente do sujeito das formas verbais “torna”, “passa” e “é” (todas no segundo período).

Notícias falsas costumam ser definidas como notícias, estórias, boatos, fofocas ou rumores que são deliberadamente criados para ludibriar ou fornecer informações enganadoras. Elas visam influenciar as crenças das pessoas, manipulá-las politicamente ou causar confusões em prol de interesses escusos.

Muitos comentadores têm chamado a atenção para o fato de que a falsidade das notícias não é um fenômeno inteiramente novo, pois já existia no tempo dos gregos, e, mais recentemente, desde que o tema entrou em pauta, não têm faltado artigos sobre o histórico das notícias falsas ao longo do tempo.

De fato, se a expressão significar a criação de informação falsa movida pelo propósito de enganar, o conceito está longe de ser novo. Basta pensar na longa história dos tabloides, das fofocas acerca da vida das celebridades, das táticas de estilo das revistas para fígar seu público. Sabe-se também como as estratégias de sedução e persuasão das revistas sempre funcionaram. Em quaisquer dos casos, são mensagens de forte apelo visual cujas chamadas são tão inacreditáveis que se tornam irresistíveis.

Lucia Santaella. **A pós-verdade é verdadeira ou falsa**. Barueri: Estação de Letras e Cores, 2018 (com adaptações).

Considerando os sentidos do texto precedente e seus aspectos linguísticos, julgue os itens que se seguem.

- 11 Depreende-se do texto que o fenômeno das notícias falsas surgiu na Grécia antiga.
- 12 De acordo com o texto, as notícias falsas são criadas com propósitos comunicativos bem definidos.
- 13 No texto predomina o tipo textual expositivo.
- 14 No último período do texto, o referente do vocábulo “cujas” é “chamadas”.
- 15 No primeiro período do terceiro parágrafo, a forma verbal “significar” corresponde à terceira pessoa do singular do futuro do subjuntivo, cujo emprego, no caso, se deve ao uso do conectivo “se”.
- 16 No terceiro parágrafo, as formas verbais “Basta” (segundo período) e “Sabe-se” (terceiro período) atuam como elementos articuladores da coerência textual, na medida em que são formas impessoais empregadas com a finalidade de ocultar o sujeito gramatical das orações por elas introduzidas.

Com relação às ferramentas utilizadas no ambiente Windows, julgue os itens que se seguem.

- 17 No Windows Explorer, por meio da opção Propriedades das unidades C: ou D:, são disponibilizadas ferramentas que permitem realizar limpeza de disco, como a verificação de erros e a desfragmentação da unidade.
- 18 Na criação de um documento no Office, a opção Permissões de arquivo permite definir o tipo de acesso que será dado ao documento, como, por exemplo, edição, exibição ou *download* do arquivo.
- 19 Na janela de Configurações do Windows, em Rede e Internet, há uma opção que permite visualizar a lista de redes disponíveis para conexão e se há conexão a essas redes.
- 20 No ambiente Windows, a Área de Transferência é o local na Área de Trabalho do usuário em que são salvos arquivos para fácil acesso.
- 21 No Windows Explorer, os arquivos apagados são enviados para a lixeira, de onde são removidos permanentemente.

Julgue os próximos itens, a respeito de MS Office, MS Word, MS Excel e MS PowerPoint.

- 22 No Excel, ao se salvar um arquivo com um novo nome, isso sobrescreverá automaticamente a versão antiga com o novo nome.
- 23 No PowerPoint, há opção que permite inserir uma tabela editável do Excel no eslaide de apresentação.
- 24 No Excel, o sinal de cifrão (\$) é usado para formatar a célula como número do tipo moeda.
- 25 No PowerPoint, por meio de importação de eslaides, é possível reutilizar eslaides de outras apresentações, mantendo-se ou não a formatação anterior.
- 26 Ao se editar uma tabela no Word, o menu Layout permite formatar linhas ou colunas de tabelas simples, de grade e de lista; enquanto o menu Design é usado para seleção, exclusão e inserção de linhas e colunas e alinhamento das células.

A prefeitura de determinado município pretende realizar locação de imóvel para ser utilizado como depósito de bens apreendidos, como veículos e mercadorias confiscados durante operações de fiscalização.

Acerca dessa situação hipotética e das disposições da Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei n.º 14.133/2021), julgue os itens que se seguem.

- 27 No caso de locação, as características de instalação e de localização do imóvel são irrelevantes para justificar eventual inexigibilidade de licitação.
- 28 Ressalvada a hipótese de eventual inexigibilidade de licitação, a locação de imóveis deverá ser precedida de licitação e avaliação prévia do bem, do seu estado de conservação, dos custos de adaptações e do prazo de amortização dos investimentos necessários.
- 29 No caso de locação, a certificação da inexistência de imóveis públicos vagos e disponíveis é requisito para contratação por inexigibilidade de licitação.
- 30 Na situação em apreço, a locação de imóvel poderá ser dispensável, se os bens apreendidos forem resultado de colaboração premiada.

A respeito das disposições da Lei do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999), julgue os próximos itens.

- 31 Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo improrrogável de cinco dias.
- 32 O processo administrativo deve ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir, salvo disposição em contrário.

Em determinado município, durante uma tempestade, uma árvore em péssimo estado de conservação, localizada em uma praça pública administrada pela prefeitura local, caiu sobre um veículo particular estacionado na via, o qual sofreu danos significativos.

Acerca dessa situação hipotética, julgue o seguinte item.

- 33 Na hipótese, não há responsabilidade civil do município, pois a tempestade constitui excludente de responsabilidade por força maior.

Julgue os seguintes itens, relativos a improbidade administrativa.

- 34 Admite-se a urgência presumida na decretação de indisponibilidade de bens sem a oitiva prévia do réu.
- 35 O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estará sujeito apenas à obrigação de repará-lo até o limite do valor da herança ou do patrimônio transferido.

Acerca das disposições constitucionais relativas ao Tribunal de Contas da União (TCU), julgue os próximos itens.

- 36 Os ministros do TCU terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) e somente poderão aposentar-se com as vantagens do cargo quando o tiverem exercido efetivamente por mais de cinco anos.
- 37 Qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades ao TCU.

Carlos, diretor de uma autarquia federal, foi denunciado por supostas irregularidades na aplicação de recursos públicos destinados à manutenção da infraestrutura do prédio da referida autarquia. Durante a realização de auditoria, o TCU identificou possíveis ilegalidades nas despesas realizadas.

Considerando a situação hipotética apresentada, julgue os itens a seguir, referentes à fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

- 38 Caso o TCU decida imputar débito ou multa a Carlos em razão das irregularidades na aplicação dos referidos recursos públicos, essa decisão terá eficácia de título executivo e não necessitará de homologação judicial.
- 39 O TCU somente pode realizar inspeções e auditorias na autarquia onde Carlos é diretor após solicitação do Congresso Nacional.

Julgue os próximos itens, relativos às atribuições do presidente da República.

- 40 É competência privativa do presidente da República permitir, nos casos previstos em lei complementar, que forças estrangeiras transitem pelo território nacional ou nele permaneçam temporariamente.
- 41 É competência privativa do presidente da República conceder indulto e comutar penas, com audiência, se necessário, dos órgãos instituídos em lei, podendo tal atribuição ser delegada ao defensor público-geral federal.

A respeito das competências do Supremo Tribunal Federal (STF), julgue os itens seguintes.

- 42** O STF é competente para processar e julgar ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada por partido político com representação no Congresso Nacional a fim de questionar a constitucionalidade de emendas constitucionais que promovam alteração no regime de previdência dos parlamentares.
- 43** Suponha que ato da Mesa da Câmara dos Deputados tenha determinado a cassação do mandato de um deputado federal acusado de ato de improbidade administrativa e que o referido deputado tenha impetrado mandado de segurança contra tal ato, sob a alegação de que o processo de cassação de seu mandato violara seu direito ao devido processo legal e outros princípios constitucionais. Nessa situação hipotética, o STF tem competência para o processamento e julgamento do referido mandado de segurança, haja vista a alegação de violação de princípios constitucionais no processo de cassação do mandato do deputado federal.

Com base na Lei Orgânica do Município de Mossoró, julgue os itens a seguir.

- 44** A Câmara Municipal de Mossoró pode, mediante requerimento da maioria absoluta de seus membros, criar comissão parlamentar de inquérito para apurar fato determinado e por prazo certo.
- 45** O parecer acerca das contas do prefeito, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou órgão estadual incumbido dessa missão, deixará de prevalecer somente por decisão de dois terços dos vereadores.
- 46** O tombamento, pelo município, de imóveis em decorrência de suas características históricas, artísticas, culturais e paisagísticas é causa de isenção do pagamento do imposto predial e territorial urbano.
- 47** A notificação prévia do contribuinte é condição necessária para a obrigatoriedade de pagamento de qualquer tributo lançado pela prefeitura.

Em relação ao disposto na Lei Complementar municipal n.º 29/2008, julgue os itens que se seguem.

- 48** A remoção consiste no deslocamento de cargo de provimento efetivo, ocupado ou vago, no âmbito do quadro geral de pessoal, para outro órgão ou entidade do mesmo Poder, com prévia apreciação do órgão específico.
- 49** O processo disciplinar poderá ser revisto, a pedido do servidor punido, na hipótese de alegação de injusta aplicação da penalidade ou quando se aduzirem circunstâncias suscetíveis de justificar a sua inocência.
- 50** O servidor que, em virtude de mandato eletivo, se afastar do cargo ou reassumi-lo, fará jus à ajuda de custo para compensar as despesas realizadas por ele, no interesse do serviço, em caráter não permanente.

Espaço livre

-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS --

Com referência à elaboração de demonstrações contábeis pela legislação societária e pelos pronunciamentos técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, julgue os itens subsequentes.

- 51** Os resultados abrangentes que afetaram o patrimônio líquido ao longo do exercício são apresentados tanto na demonstração do resultado do exercício quanto na demonstração dos resultados abrangentes.
- 52** O grupo de exigibilidades do balanço patrimonial é dividido em circulante e não circulante, apresentando-se o resultado dos exercícios futuros neste último grupo.

Acerca da mensuração ao valor justo, julgue os itens seguintes.

- 53** A relação entre o preço e o lucro de uma ação, utilizada pelos agentes econômicos para precificar o valor de uma ação, é uma técnica de mercado para avaliação do valor justo do ativo.
- 54** Havendo dois valores para determinado bem no mercado, o valor justo será o valor do melhor uso que o agente econômico interessado poderá fazer desse bem.

Julgue os itens seguintes, a respeito de procedimentos contábeis aplicáveis a operações de empréstimos, ativos contingentes e combinações de negócios.

- 55** A fusão é uma combinação de negócios em que duas ou mais sociedades se unem para formar uma nova sociedade, devendo os direitos e as obrigações dessas sociedades ser transferidos para o patrimônio da nova sociedade.
- 56** O ativo contingente, que não deve ser objeto de reconhecimento pela contabilidade, surge de um evento que dá origem à possibilidade de entrada de benefícios futuros para a entidade, a depender da ocorrência de um ou mais eventos futuros cujo desfecho seja incerto.

Julgue os próximos itens, referentes à distribuição de resultados e ao cálculo do custo dos produtos.

- 57** No custeio por absorção, os gastos incorridos para se efetuar a venda dos produtos fabricados pela empresa devem ser contemplados no cálculo do custo dos produtos.
- 58** A principal vantagem da distribuição de resultados por meio de juros sobre o capital próprio comparativamente à distribuição de dividendos está no benefício fiscal decorrente da dedutibilidade dos referidos juros para fins de apuração do lucro real.

À luz das Normas Brasileiras de Contabilidade de Auditoria (NBC TA e NBC PA), julgue os próximos itens, a respeito de testes de observância e de evidências de auditoria.

- 59** As evidências de auditoria obtidas de fontes externas são sempre menos confiáveis que as evidências geradas internamente pela entidade auditada.
- 60** Os testes de observância em auditoria têm como objetivo principal verificar a eficácia dos controles internos implementados pela entidade, com o intuito de assegurar que eles estejam sendo corretamente aplicados e funcionando conforme esperado.

Acerca de auditoria no ativo circulante e saldo credor, julgue os itens subsequentes.

- 61** Na auditoria de tributos, a existência de saldo credor na conta caixa, mesmo sem a emissão de documentos fiscais correspondentes, não pode ser utilizada como evidência de infração tributária, pois, em situações excepcionais, a legislação permite que o caixa apresente saldo credor.
- 62** A recomposição contábil do fluxo de caixa da entidade deve desconsiderar transações que não afetem diretamente o caixa, como depreciação e amortização, focando exclusivamente em entradas e saídas efetivas de dinheiro.

Acerca de passivos fictícios e da identificação de erros e fraudes na escrituração contábil e fiscal, julgue os itens a seguir.

- 63** Ao identificar indícios de fraudes ou erros significativos na escrita fiscal, o auditor deve revisar a totalidade das transações fiscais da entidade auditada, para garantir que todas as irregularidades sejam descobertas e corrigidas antes da emissão do relatório final de auditoria.
- 64** Caso identifique passivos fictícios nas demonstrações contábeis, o auditor deve considerar a possibilidade de ter havido manipulação intencional dos resultados financeiros da entidade com o objetivo de reduzir a carga tributária. Nesse caso, antes de emitir seu relatório, o auditor deve avaliar a materialidade e a possível má-fé dessas distorções.

A respeito da escrituração fiscal digital (EFD), da nota fiscal eletrônica (NFe) e da utilização de sistemas gerenciadores de bancos de dados (SGBD) em auditoria fiscal, julgue o próximo item.

- 65** Na auditoria da EFD e da NFe, o auditor fiscal deve verificar não apenas a consistência das informações declaradas, mas também a sua conformidade com as regras e a legislação tributária aplicáveis, garantindo que não haja omissões, subfaturamento ou outras irregularidades que possam resultar em sonegação fiscal.

Com base na Lei Complementar n.º 105/2001, que dispõe sobre o sigilo das operações de instituições financeiras, julgue o seguinte item.

- 66** Cabe ao Poder Executivo de cada ente federado disciplinar, inclusive quanto à periodicidade e aos limites de valor, os critérios segundo os quais as instituições financeiras deverão informar à respectiva administração tributária (isto é, da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios) as operações financeiras efetuadas pelos usuários de seus serviços.

À luz do Código Tributário do Município de Mossoró (CTMM), julgue os seguintes itens.

- 67** O CTMM prevê, em relação ao IPTU, alíquotas distintas para imóveis edificados e não edificados.
- 68** A incidência do IPTU, cuja base de cálculo é o valor venal do imóvel, está condicionada à legitimidade do título de aquisição ou da posse do imóvel.
- 69** No caso do ITBI, o CTMM estabelece, no que concerne às transmissões compreendidas no SFH, alíquotas diferenciadas, considerados o valor efetivamente financiado e a parcela não financiada.
- 70** Estão dispensados das obrigações tributárias acessórias relativas ao ISS os prestadores de serviços pertencentes ao setor público, a exemplo das empresas públicas contempladas pela imunidade tributária recíproca.
- 71** É possível a instituição de regime especial de fiscalização, quando for de interesse da administração tributária municipal, conforme definido em ato do secretário municipal de fazenda.
- 72** O CTMM assegura ao contribuinte o direito de consulta sobre interpretação e aplicação da legislação tributária, que pode ser protocolada após o início de ação fiscal.

Em relação ao Sistema Tributário Nacional, à luz das disposições da Constituição Federal de 1988, julgue os itens que se seguem.

- 73** O imposto sobre bens e serviços, cuja competência é compartilhada entre estados, DF e municípios, possui regime específico de tributação para serviços financeiros, operações com bens imóveis, planos de assistência à saúde e concursos de prognósticos.
- 74** O IPTU e o ITCMD são impostos municipais que incidem sobre a propriedade.

A respeito de aspectos atinentes à obrigação e à responsabilidade tributária, julgue os próximos itens à luz do Código Tributário Nacional.

- 75** Os diretores das pessoas jurídicas de direito privado são pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos por eles praticados com excesso de poderes.
- 76** Somente por disposição expressa da legislação tributária, é possível a uma pessoa figurar como sujeito passivo na condição de responsável tributário.

Em conformidade com as regras do processo administrativo tributário do município de Mossoró, observada a jurisprudência dos tribunais superiores pertinentes ao processo judicial tributário, julgue os itens subsequentes.

- 77** No âmbito do processo administrativo fiscal, as normas do Código de Processo Civil são de aplicação subsidiária.
- 78** No curso do processo administrativo fiscal, o fisco poderá exigir a qualquer tempo a exibição de livros e comprovantes de atos e operações que possam constituir fato gerador de obrigação tributária não extinta.
- 79** A concessão liminar da cautelar fiscal dispensa a fazenda pública de caução, mas não de justificação prévia.
- 80** No processo administrativo fiscal, o julgador, ao proferir decisão, poderá declarar a inconstitucionalidade da legislação tributária em vigor.

Determinada prefeitura contratou uma empresa para a construção de uma passarela para pedestres por meio de licitação, no regime de contratação semi-integrada, regida pela Lei n.º 14.133/2021.

A respeito dessa situação hipotética, da legislação aplicável aos contratos administrativos e da atuação da fiscalização em obras públicas, julgue os itens que se seguem.

- 81** Na contratação semi-integrada em apreço, tanto o projeto básico quanto o executivo devem ser fornecidos pela prefeitura, ficando a empresa contratada responsável pela execução das obras, por preço certo e total definido no contrato.
- 82** O recebimento definitivo da obra deverá ser feito por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.
- 83** Durante a construção da referida passarela, a medição dos serviços deve ser realizada mensalmente pelo responsável por acompanhar e fiscalizar a obra, associada à execução das quantidades dos itens unitários constantes do projeto executivo vinculados ao cronograma físico-financeiro.

Julgue o próximo item, acerca de segurança e higiene do trabalho.

- 84** De acordo com a NR-18, é proibida a execução de fundação por meio de tubulão de ar comprimido.

Julgue os itens subsequentes, a respeito de orçamento de referência de obras e serviços de engenharia para licitação de obras públicas.

- 85** No preço de referência de uma obra ou serviço de engenharia, os encargos sociais incidem de forma percentual na bonificação e despesas indiretas (BDI), como despesas decorrentes das convenções coletivas de trabalho da mão de obra assalariada.
- 86** Em licitações que não envolvam recursos da União, os municípios podem adotar sistemas de custos próprios para estimar o valor da contratação de obras e serviços de engenharia.
- 87** No orçamento analítico de uma obra, são apresentados os quantitativos e os custos unitários de cada serviço a ser executado, além das parcelas referentes aos custos indiretos.

No laudo de avaliação de um imóvel, para a identificação do valor de mercado do bem, um avaliador considerou sua depreciação, ocasionada por decrepitude. O valor de mercado do bem foi estimado por meio do método comparativo direto de dados de mercado.

Acerca dessa situação hipotética, julgue os itens a seguir à luz da NBR 14.653.

- 88** O método utilizado pelo avaliador estima o valor de mercado do bem pelo somatório dos valores de seus componentes.
- 89** A depreciação do imóvel apontada no laudo é decorrente do desgaste de seus componentes em razão de uso ou manutenção inadequada.

De acordo com a Lei Complementar n.º 47/2010, julgue os itens subsequentes, a respeito de obras e edificações do município de Mossoró.

- 90** A interdição da execução de obra de qualquer natureza, cuja estabilidade ponha em risco o público em geral ou os operários, deve ser precedida de vistoria técnica feita por profissional legalmente habilitado, acompanhada da respectiva anotação de responsabilidade técnica.
- 91** As obras públicas do município de Mossoró são isentas das taxas de alvará e da taxa de licença, porém, há a obrigatoriedade da licença de construção.

Julgue os itens subsequentes, referentes à Resolução CONAMA n.º 237/1997.

- 92** As licenças ambientais devem ser expedidas exclusivamente de forma sucessiva de acordo com a natureza, as características ou a fase do empreendimento ou atividade.
- 93** Na renovação da licença de operação, o órgão ambiental competente poderá diminuir o seu prazo de validade, após avaliação do desempenho ambiental da atividade.
- 94** A licença de instalação é concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação.

Julgue os itens seguintes à luz da Resolução CONAMA n.º 001/1986.

- 95** As despesas e os custos referentes à realização do estudo de impacto ambiental são de responsabilidade conjunta do proponente do projeto e dos órgãos ambientais competentes e(ou) dos órgãos setoriais do SISNAMA.
- 96** O diagnóstico ambiental da área de influência de um projeto submetido ao estudo de impacto ambiental deve considerar os meios físico, biológico e socioeconômico.

Acerca da Lei n.º 9.605/1998, que trata dos crimes contra o meio ambiente, julgue os itens que se seguem.

- 97** Quem recebe ou adquire, para fins comerciais ou industriais, madeira, lenha ou carvão sem licença válida para transporte ou armazenamento incorre nas mesmas penas de quem vende ou transporta o mesmo material.
- 98** Não é considerado crime ambiental o abate de animal para proteger lavouras, pomares e rebanhos da ação predatória de animais, desde que tal procedimento seja legal e expressamente autorizado pela autoridade competente.

Com base na norma NBR 14.653, julgue os itens a seguir, a respeito de avaliação de bens.

- 99** Valor é uma expressão monetária que define uma transação de um bem, de seu fruto, de um direito, ou da expectativa de sua transação.
- 100** Conforme a natureza do bem e o objetivo e a finalidade da avaliação, são geralmente considerados e aceitos os princípios da substituição e da semelhança.
- 101** Fruto é o resultado da exploração econômica de um bem.
- 102** Oligopólio é uma estrutura básica do mercado, sendo constituído por um número pequeno de vendedores.
- 103** Amostragem é o conjunto de dados representativos de uma população.

Em relação a controle de qualidade de materiais, julgue os itens que se seguem.

- 104** Ensaio de consistência e ensaio de resistência à compressão são exemplos de ensaios de controle de aceitação do concreto.
- 105** Aspersão e submersão são processos de cura do concreto.
- 106** O cimento pozolânico resulta do cozimento de uma mistura de bauxita e calcário.
- 107** O ensaio do picnômetro é usado para determinar a densidade das britas.
- 108** Cantoneiras e louças sanitárias são exemplos de cerâmicas refratárias.
- 109** Aditivos superplastificantes (SPI) são recomendados nos pontos de descarga na obra com estruturas de armação densa.

Julgue os próximos itens, a respeito de fiscalização de contrato de obra de construção rodoviária, incluindo o projeto elaborado e apresentado pela empresa contratada.

- 110** Nas sondagens de simples reconhecimento à percussão (SPT), em função do número N, as argilas e os siltes argilosos podem ser designados como sendo fofa(o), pouco compacta(o), medianamente compacta(o), compacta(o) e muito compacta(o).
- 111** O contrato de uma obra de construção rodoviária pode ser alterado qualitativamente e quantitativamente pela administração, de forma unilateral, desde que as alterações não venham a transfigurar o objeto da contratação, sendo de até 25% o limite para acréscimos ou supressões.
- 112** A execução de atividades (serviços) não previstas em contrato sem que se tenha formalizado termo aditivo afronta à legislação, ainda que não haja pagamento antecipado ou sem contraprestação de serviços, salvo nos casos excepcionais de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização deverá ocorrer no prazo máximo de um mês.

Julgue os itens subsequentes, relativos às especificações de serviços e à execução dos serviços de terraplenagem, pavimentação, drenagem e sinalização de uma obra rodoviária.

- 113** Conforme o Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, o tachão pode ser usado como dispositivo auxiliar para a redução de velocidade em uma rodovia.
- 114** A execução dos dispositivos de drenagem de entrada e descida d'água deverá ser iniciada após a conclusão de todos os serviços de pavimentação que envolvam atividades na faixa anexa à plataforma; quando houver banquetas de escalonamentos e valetas de proteção revestidas, as descidas d'água serão executadas logo após a conclusão dos serviços de terraplenagem, precedendo o serviço de plantio ou colocação de revestimento dos taludes.
- 115** A inclinação dos taludes dos cortes independe do controle tecnológico realizado durante a execução do serviço; nos cortes em altura elevada, em função do definido no projeto de engenharia, devem ser implantados patamares, com banquetas de largura mínima de 0,5 m, valetas revestidas e proteção vegetal.
- 116** Tratamento superficial duplo é a camada de revestimento do pavimento constituída por duas aplicações de ligante asfáltico, cada uma delas coberta por camada de agregado mineral e submetida a compressão; dependendo da indicação do projeto, podem ser empregados os seguintes ligantes asfálticos: cimentos asfálticos CAP 150/200 e emulsões asfálticas do tipo RR-2C.
- 117** O lançamento do material para a construção dos aterros deve ser feito em camadas intermitentes, em metade da largura da seção transversal; para o corpo dos aterros, a espessura de cada camada compactada não deverá ultrapassar 0,5 m e, nas camadas finais, essa espessura não deverá ultrapassar 0,3 m.

Acerca da metodologia e de conceitos inerentes ao Sistema de Custos Rodoviários do DNIT (SICRO), julgue os itens a seguir.

- 118** Os custos de mobilização são aqueles associados ao transporte, desde sua origem até o início do trecho da rodovia que está em obra, dos recursos humanos disponíveis na obra, bem como dos equipamentos móveis e fixos indispensáveis às operações que serão desenvolvidas na obra.
- 119** As despesas relativas à administração local de obras devem constar na planilha orçamentária da respectiva obra como custo direto, sendo as medições proporcionais à execução financeira dos demais serviços da obra, abstendo-se de utilizar critério de pagamento para esse item como um valor mensal fixo.
- 120** O SICRO considera dois períodos de tempo diferentes na atuação regular dos equipamentos: a hora produtiva e a hora improdutiva. Durante a hora produtiva, o equipamento encontra-se dedicado ao serviço, com seus motores ou acionadores em funcionamento; na hora improdutiva, o equipamento encontra-se parado, com o motor desligado e em situação de espera.
-

Espaço livre
